Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quinta-feira, 1º de agosto de 2024
Ano CVII ● Número 29.664
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

BOLIVARIANISMO X DOUTRINA MONROE

Venezuela paga caro por ter a maior riqueza petroleira do mundo.
Por Beto Almeida, **página 2**

EDUCAÇÃO PARA RESSOCIALIZAÇÃO

Um caminho para promover a transformação social e econômica.
Por Eduardo Brim, **página 2**

BRASIL TITULAR DO CINTURÃO E ROTA

País não pode reproduzir dependência que caracteriza relações com EUA.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**

Junho traz recuperação no setor de máquinas

Junho registrou aumento no consumo aparente de máquinas e equipamentos no Brasil em relação a maio. O crescimento foi puxado pelo aumento das aquisições de máquinas produzidas localmente. No período, houve ainda melhora na carteira de pedidos, no nível de utilização da capacidade instalada e no nível de emprego do setor fabricante de máquinas e equipamentos, relata a Abimaq, associação de empresas do setor.

O consumo aparente cresceu 6,6% e atingiu R$ 31,2 bilhões, com aumento de 16,9% na receita interna e queda de 5,2% nas importações.

Houve recuperação nas receitas líquidas de vendas de máquinas e equipamentos na comparação com maio, puxado pela melhora das vendas no mercado doméstico. As exportações no período recuaram.

"Ainda que nas comparações interanuais prevalecessem o desempenho inferior ao do ano de 2023, o segundo trimestre de 2024 foi marcado por clara tendência de recuperação, o que contribuiu para a redução da queda observada no ano de 21,5% no encerramento do 1tri24 para redução de 16,4% no fechamento do semestre", destaca a Abimaq.

No mercado doméstico, após um pequeno recuo em maio (0,7%), houve novo crescimento que refletiu na continuidade da redução da queda acumulada no ano. De 22,1% no encerramento do 1tri24, para 17,8% no 1sem24.

No ano, por outro lado, predomina queda dentre os setores fabricantes de máquinas, ainda que em patamar superior. Entre os que registraram crescimento no ano estão os fabricantes de máquinas para bens de consumo, para logística e construção civil e de componentes.

Nas exportações, houve queda de 12,3%, na comparação com maio de 2024 e de 11,6% em relação a junho de 2023. As exportações no mês passado atingiram US$ 922 milhões.

Com esse resultado, passaram a acumular no ano queda de 9,1%, resultado que, apesar de inferior ao observado até maio (-8,6%), superou o observado no fechamento do primeiro trimestre de 2024 (-13%). A valorização de 5% da paridade cambial com o dólar ante maio e de 11% em relação a junho de 2023 resultou em maior rentabilidade, mas ainda não refletiu em maior exportação.

Refinarias privatizadas reduzem produção de GLP e diesel

País é obrigado a importar mais de 20% dos derivados

Desde que foram anunciadas as intenções de venda (teaser) e efetivadas as privatizações, as refinarias de Mataripe, na Bahia (antiga Landulpho Alves, a Rlam), e da Amazônia, em Manaus (antes refinaria Isaac Sabbá – Reman), reduziram a produção interna de importantes derivados de petróleo, como gás de cozinha (GLP) e óleo diesel.

Com isso, o Brasil mantém elevadas as compras externas desses produtos para garantir o abastecimento doméstico. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no primeiro trimestre de 2024, as importações já representaram, em média, 23,4% do total de gás de cozinha comercializado no país e 20,2% de óleo diesel.

Ao reduzir a produção, as refinarias privadas não ajudam a diminuir a dependência do produto trazido de fora. A participação dos derivados importados no mercado brasileiro, em 2023, foi de 17% no gás de cozinha e de 25% no diesel.

De acordo com a ANP, entre 2013 e 2018, a Rlam produzia em média 17,2 mil barris de gás de cozinha por dia. Depois do teaser de venda e de efetivamente privatizada (em fevereiro de 2021), a refinaria baiana reduziu sua produção média diária, entre 2018 e junho de 2024, para 13 mil barris de gás de cozinha, ou seja, um recuo de 24,5%.

No óleo diesel processado pela Rlam também houve queda importante. Entre 2013 e 2018, a produção média era de 86,4 mil barris/dia. Mas de 2019 a junho de 2024, o volume médio caiu para 76 mil barris diários, com declínio de 12%.

O mesmo comportamento é observado na refinaria de Manaus. As estatísticas da ANP mostram que a produção média diária da Reman caiu de 1,3 mil barris de gás de cozinha, entre 2013 e 2019, para apenas 340 barris/dia, entre 2020 e junho de 2024, com queda significativa de 73%. Para o óleo diesel, a diminuição foi de 33%, com a produção da unidade passando de 11,6 mil barris, entre 2013 e 2019, para 7,7 mil barris, no período de 2020 a junho de 2024.

Paulo Pinto/ABr

Leilão de petróleo do pré-sal recorde

Em 5 anos, ganhos podem chegar a R$ 90 bilhões

Vários recordes foram batidos nesta quarta-feira na Bolsa de Valores (B3). O leilão para venda de 37,5 milhões de barris de petróleo pertencentes à União atingiu o valor recorde de R$ 17 bilhões, R$ 2 bilhões acima do inicialmente previsto, com número inédito de empresas participantes da disputa – oito de dez habilitadas. Os lotes foram arrematados pela Petrobras e pelas chinesas CNOOC e PetroChina.

"O Brasil ganhou hoje medalha de ouro, porque conseguimos resultados extraordinários para a sociedade brasileira. O recorde de arrecadação nos surpreendeu pela presença dos investidores e gostaria de repetir o que o presidente Lula disse em 2019, que o pré-sal é uma dádiva de Deus", disse Tabita Loureiro, presidente interina da Pré-Sal Petróleo (PPSA).

O volume de barris ofertados, do sistema de partilha de produção, onde a União recebe um percentual em petróleo das empresas que exploram os campos, corresponde a uma produção diária de 100 mil barris. A previsão para 2029 é que a produção seja multiplicada por cinco, chegando a 500 mil barris por dia no polígono do pré-sal da Bacia de Santos. "Estamos falando que em cada oferta futura teremos novos recordes e poderemos arrecadar 70, 80, 90 bilhões de reais", disse Tabita.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, bateu o martelo sacramentando os resultados do leilão. Ele lembrou que a exploração de petróleo na camada do pré-sal foi uma decisão política do presidente Lula, e que a presença de diversos investidores no leilão, significa a importância de acreditar na ciência, no desenvolvimento e no potencial energético brasileiro.

BC mantém taxa de juros e não reduzirá tão cedo

O ambiente externo adverso, em função da incerteza sobre os impactos e a extensão da flexibilização da política monetária nos Estados Unidos e sobre as dinâmicas de atividade e de inflação em diversos países, foi o argumento utilizado pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central para manter a taxa de juros Selic em 10,5% ao ano. A decisão foi unânime.

"O Comitê avalia que o cenário externo, também marcado por menor sincronia nos ciclos de política monetária entre os países, segue exigindo cautela por parte de países emergentes", segundo comunicado divulgado após a reunião.

Em relação ao cenário doméstico, o Copom avaliou que o conjunto dos indicadores de atividade econômica e do mercado de trabalho segue apresentando dinamismo maior do que o esperado.

Além de não reduzir os juros, o que mantém o Brasil entre os países com maiores taxas de juros reais, o Copom avisou que "a política monetária deve se manter contracionista por tempo suficiente em patamar que consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno da meta. O Comitê se manterá vigilante e relembra que eventuais ajustes futuros na taxa de juros serão ditados pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta."

O Federal Reserve (BC dos EUA) também decidiu manter os juros, mas sinalizou queda em setembro. **Página 6**

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,6521
Dólar Turismo	R$ 5,8730
Euro	R$ 6,1194
Iuan	R$ 0,7838
Ouro (gr)	R$ 440,92

ÍNDICES

IGP-M	0,61% (julho)
	0,81% (junho)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

EUA rechaça a Democracia Bolivariana porque ela desafia a Doutrina Monroe

Por Beto Almeida

O saudoso embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, autor dos livros *Quinhentos Anos de Periferia* e *Desafios Brasileiros na era dos Gigantes*, com sua aguda lucidez, dizia: “Para os EUA não basta que um país eleja seu presidente pelo voto para considerá-lo democrático, também precisa governar como eles querem.” Ele deu esta declaração ao programa *Latitud Brasil*, da Telesur. Hoje, com postura inevitavelmente fascista da oposição venezuelana teleguiada desde Washington, rejeitando mais esta derrota eleitoral, vemos novamente a confirmação daquelas palavras.

Essa declaração de Guimarães, aparentemente singela, na realidade expressa que os EUA não admitem regimes que não sejam submissos aos seus interesses vitais, e, no caso, o modelo bolivariano é um questionamento permanente, vivo, pedagógico e corajoso à renovada pretensão do império do norte de impor a Doutrina Monroe, atualizada para os dias de hoje, com seu colonizador dístico “A América para os americanos”. Ou seja, ajoelhem-se!

Com 25 anos de vida, a Revolução Bolivariana cometeu o “atrevimento” de nacionalizar o petróleo e, mais que isso, de utilizá-lo, pela primeira vez na história, em favor das massas espoliadas, as verdadeiras donas dessa riqueza. Isso bastou para que Hugo Chávez fosse considerado maldito, maldição que alcança o seu sucessor, Nicolás Maduro, que já foi alvo de um frustrado atentado contra sua vida.

O petróleo venezuelano, que antes enriquecia uma oligarquia nos EUA e uma minoria na Venezuela, passa a servir como alavanca para a erradicação do analfabetismo venezuelano, para a construção de mais de 5 milhões de moradias populares numa população total de 30 milhões de habitantes, e, também, para alcançar a soberania alimentar com o que 95% do que se come na Pátria de Bolívar já é produzido internamente, quase uma plena autossuficiência alimentar. Nada disso é “América para os americanos”, a Doutrina Monroe vai sendo enterrada pelo povo venezuelano à medida que o modelo bolivariano vai se consolidando.

A reação da oligarquia fascista venezuelana a esta nova derrota para o chavismo não surpreende. Tampouco surpreende a reação da OEA, o Ministério das Colônias, como rotulada por Che Guevara, imaginando que tem alguma representatividade perante o povo da Venezuela. Países como Peru – dirigido por uma golpista que mantém preso o presidente eleito, Pedro Castillo – que não reconhecem a vitória de Maduro, registram o ridículo em que se metem. Panamá, Chile, Uruguai, Equador, são meras províncias dos EUA, sem independência ou autoridade para qualquer opinião respeitável.

Aos poucos o povo bolivariano vai tomando as ruas de Caracas, como o fez durante a campanha eleitoral, com responsabilidade cívica, em caráter pacífico e democrático, mas revelando sua elevada consciência de que, apesar das duras sanções e sacrifícios a que foi submetido pela Guerra dos EUA contra a Venezuela, foi feita a escolha na urnas, rejeitando o retrocesso a ser uma colônia petroleira e optando por seguir construindo uma Nação Soberana.

O próprio presidente Lula, com alguma demora, declara que “não houve nada de anormal na eleição venezuelana”, e acrescentou que é preciso cessar as ingerências de outros países sobre a Venezuela, bem como sobre Cuba e sobre o Irã. Bem lembrado.

> Venezuela paga caro por ter a maior riqueza petroleira do mundo

Venezuela paga caro por ter a maior riqueza petroleira do mundo e por não entregá-la ao império. Também paga caro por manter a saúde a educação como atividades públicas e gratuitas, tendo recebido aí ao apoio de Cuba Socialista. Além disso, Venezuela também paga caro por haver resistido a esta guerra econômica dos EUA, com hiperinflação induzida, desorganização da moeda e do abastecimento, com indução da emigração.

A intenção era provocar o desânimo, a frustração, a irritação dos venezuelanos para com o seu próprio governo, levando-o a uma derrota eleitoral. Mas a resposta veio nas urnas. Todo tipo de crueldade foi imposto à Venezuela, mas o FMI chegou ao cúmulo de negar um empréstimo de US$ 5 milhões para a compra de vacinas anti-Covid.

Mas os amigos leais da Venezuela – Rússia, China e Cuba – lhe proporcionaram vacinas para defender-se da pandemia. E, mesmo sob privações materiais gigantescas, a Venezuela enviou ao Brasil um enorme carregamento de oxigênio solidário, salvando milhares e milhares de vidas de brasileiros no Amazonas! O governo e a sociedade brasileira deveriam realizar um ato de gratidão para com esta generosa doação do governo Nicolás Maduro.

Certamente, Venezuela seguirá sendo alvo de sabotagens, de sanções e também de preconceitos políticos, pois até mesmo em certos círculos de progressistas é muito mais fácil e até imediato arrancar apoios ilimitados aos imperialistas Biden e Kamala, mas, com relação a Maduro, que enfrenta o Império, há enorme má vontade, superexigências, são colocadas centenas de objeções e avaliações injustas. Ninguém se lembra tratar-se de um presidente de origem obreira, extremamente leal a Hugo Chávez e a seu povo!

Enquanto isso, a Revolução Bolivariana vai democratizando o crédito, expandindo a produção voltada para o mercado interno, gerando empregos, normalizando o abastecimento, recuperando os setores mais afetados pela Guerra de Obama-Trump-Biden e mostrando ao mundo que “a esperança está nas ruas”, como dizia Chávez, indicando que a confiança no povo e em sua mobilização sistemática é o que permite que Venezuela siga a passo de vencedores, unindo-se ao grupo de países que também resistem a sanções imperiais e atuam para construir um mundo multipolar, sem submissão ao império, em perigosa decadência.

Beto Almeida é jornalista da Telesur, esteve em Caracas durante a eleição. É membro da Rede de Intelectuais e Artistas em Defesa da Humanidade e conselheiro da ABI.

A educação como ferramenta de ressocialização

Por Eduardo Brim

É fundamental repensar a abordagem tradicional das penas longas e do tratamento, muitas vezes desumanizado, dado às pessoas privadas de liberdade. Para isso, é necessário reconhecer que este tempo segregado da sociedade, ainda que por imposição legal, longe de ser uma solução eficaz, muitas vezes não proporciona as condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Ao considerar a ressocialização como um princípio orientador do sistema penal, surge a perspectiva de preparar os indivíduos para um retorno à sociedade como cidadãos produtivos. Estudos demonstram que a redução do tempo de encarceramento – oriundo das práticas legais de remição da pena – está correlacionada a uma menor dessocialização e, consequentemente, a menores taxas de reincidência.

Um importante aspecto a ser considerado é o custo associado ao sistema prisional. Em alguns casos, o gasto no custeio das unidades prisionais – quando dissociado da ressocialização – e na administração de penas longas pode superar os recursos destinados à educação.

> Um caminho para promover a transformação social e econômica

Essa alocação desigual de recursos evidencia a necessidade de uma reavaliação das prioridades, direcionando os esforços e investimentos para iniciativas que verdadeiramente contribuam para a transformação social.

O retorno de um indivíduo ressocializado à sociedade não apenas representa uma economia de recursos, como também toda a gama de reflexos positivos daí decorrentes, como a transformação de um indivíduo privado de liberdade em cidadão contribuinte, além da quebra do recrutamento de seus familiares pelo crime organizado. Ou seja, evita-se a perpetuação do ciclo criminoso.

Em vez de adotar uma postura repressiva que, paradoxalmente, pode contribuir para o aumento da criminalidade, a sociedade deveria se voltar para penas alternativas, programas de reabilitação e educação carcerária, como já visto nos presídios que adotam o sistema de gestão compartilhada por empresas especializadas.

Ao investir na educação dentro das prisões, proporcionamos aos internos nelas custodiados oportunidades reais de aprendizado e desenvolvimento de habilidades, preparando-os para uma reintegração efetiva e significativa. Essa abordagem não apenas beneficia o indivíduo, mas também cria cidadãos contribuintes e reduz as taxas de reincidência da pessoa que, até então, se encontrava privada do convívio social.

Em última análise, a ressocialização não é apenas uma questão humanitária, mas também uma estratégia pragmática para construir uma sociedade mais segura e justa. O desafio está em superar a retórica punitiva e abraçar políticas que reconheçam o potencial de transformação presente em cada ser humano.

Eduardo Brim Fialho é presidente do Sempre (Sindicato Nacional das Empresas Especializadas em Gestão de Presídios e Unidades Socioeducativas).

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

O que Brasil precisa para ser titular do Cinturão e Rota

O Brasil recebe quase metade de todo o investimento externo direto (IED) feito pela China na América Latina. O México recebeu só 3% no mesmo período. Sendo um parceiro econômico prioritário para os chineses, crescem os apelos para o Brasil aderir à Iniciativa Cinturão e Rota (BRI, sigla em inglês). Recentemente, o presidente Lula afirmou que está disposto a discutir o Cinturão e Rota com a China. "Quero saber onde entramos e em que posição vamos jogar; queremos ser titulares", disse Lula. O que isso pode significar?

"O país deve agir de forma mais ativa nas negociações junto à China para que possa aderir à iniciativa da Nova Rota da Seda [BRI] com ganhos no que se refere a investimentos chineses, particularmente em áreas que envolvam inteligência artificial, aeronaves brasileiras e construção de ferrovias, não só para ligar o país ao Pacífico, mas também para dinamizar a infraestrutura ferroviária no Brasil, que ainda é muito pequena e não atende à capacidade de produção que o Brasil possui na área agrícola, por exemplo", defendeu Alexandre Coelho, professor de relações internacionais na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e coordenador do Núcleo de Geopolítica da Observa China, em entrevista à agência russa Sputnik.

Na mesma entrevista, Isabela Nogueira, professora-adjunta do Instituto de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), afirma que o interesse em integrar o Brasil ao Cinturão e Rota parte mais da China do que do Brasil. Assim como Coelho, Nogueira defende uma boa negociação: "Precisa ter acordos que incluam transferência de tecnologia desses investimentos que estão sendo feitos, adensamento das cadeias produtivas brasileiras, participação de empresas brasileiras no fornecimento de peças, componentes, partes dessa indústria, que haja uma nacionalização de parte das cadeias que estão sendo trazidas para cá, seja de painéis solares, seja de carros elétricos, seja de trem de alta velocidade."

Para a professora, é importante para que o Brasil "não fique em uma posição subalterna, de mero montador de peças, mero chão de fábrica". Ela afirma que essa barganha é crucial para que o Brasil não reproduza a dependência que caracterizou os investimentos feitos pelos EUA e pela Europa, que colocaram o país em posição subalterna.

Rápidas

O seminário "CNJ e o Observatório dos Serviços Notariais e de Registro", promovido pela *Revista Justiça & Cidadania* e pelo CNJ, será em 21 de agosto, 8h30, de forma presencial, em Brasília. Inscrição: institutojc.com.br/eventos/cnj-e-o-observatorio-dos-servicos-notariais-e-de-registro *** Nesta quinta-feira, a Wine Out, em parceria com a Decanter, promove nova edição do Degustando com o Produtor, no hotel Sheraton Grand Rio *** Neste final de semana, a feira O Fuxico celebra o Dia dos Pais na Praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema. Programação no Instagram @ofuxicofeira *** Neste sábado e no domingo, o Rock 80 Festival será no Aerotown Shopping, na Barra da Tijuca (RJ), com entrada de 2 quilos de alimentos não perecíveis. Informações pelo Instagram @rock80festival.

Puxado pelo comércio, desemprego cai para 6,9%

IBGE: novo recorde de pessoas trabalhando

No trimestre encerrado em junho de 2024, a taxa de desemprego caiu para 6,9%, a menor taxa para um trimestre encerrado em junho, desde 2014 (6,9%). São dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua divulgada hoje pelo IBGE. Com isso, esse indicador fica abaixo da metade da maior taxa da série histórica da Pnad Contínua, de 14,9%, observada no trimestre encerrado em março de 2021, durante a pandemia.

A população desocupada – aqueles que procuravam por trabalho – caiu para 7,5 milhões de pessoas, com reduções de dois dígitos em ambas as comparações da Pnad Contínua: -12,5% (menos 1,1 milhão de pessoas) no trimestre e -12,8% (menos 1,1 milhão de pessoas) no ano. Foi o menor número de pessoas em busca de trabalho desde o trimestre encerrado em fevereiro de 2015.

A população ocupada atingiu novo recorde da série histórica, chegando a 101,8 milhões. O total de trabalhadores do país cresceu 1,6% (mais 1,6 milhão de pessoas) no trimestre e 3,0% (mais 2,9 milhões de pessoas) no ano. Novamente, o número de empregados do setor privado (52,2 milhões) foi recorde, impulsionado pelos novos recordes nos contingentes de trabalhadores com carteira (38,4 milhões) e sem carteira assinada (13,8 milhões). Já a população fora da força de trabalho não teve variações significativas em nenhuma das duas comparações, permanecendo em 66,7 milhões.

"Observa-se a manutenção de resultados positivos e sucessivos. Esses recordes da população ocupada não foram impulsionados apenas nesse trimestre, mas são consequência do efeito cumulativo de uma melhoria do mercado de trabalho em geral nos últimos trimestres", destaca a coordenadora de Pesquisas Domiciliares do IBGE, Adriana Beringuy.

A analista observa que, na comparação trimestral, as três atividades com alta da ocupação foram o comércio, a administração pública e as atividades de informação e comunicação. "Esses três setores absorvem um contingente muito grande de trabalhadores, de serviços básicos e também de serviços mais especializados. Assim, a expansão da ocupação nessas atividades acaba contribuindo para o processo de crescimento da remuneração e do nível da ocupação de diversos segmentos no mercado de trabalho", observa Adriana.

Setor público

Ela lembra que o comportamento sazonal do setor público continua tendo um papel importante na alta da ocupação. "O setor público, no segundo trimestre, tem um processo de expansão puxado principalmente pelo segmento da Educação no Ensino Fundamental. Há aí um efeito cíclico da educação básica, com professores em contratos temporários. Mas também tivemos uma contribuição da administração pública municipal".

No trimestre encerrado em junho, o rendimento médio real das pessoas ocupadas foi de R$ 3.214, com alta de 1,8% no trimestre e de 5,8% na comparação anual. Como consequência, a massa de rendimentos chegou a R$ 322,6 bilhões, novo recorde da série histórica.

A analista do IBGE observa que "o aumento do rendimento está sendo impulsionado pela expansão do número de trabalhadores em diversas atividades, sejam no setor público ou privado. Essa expansão disseminada entre as diversas atividades econômicas é bastante importante, porque acaba beneficiando tanto os trabalhadores em ocupações de maior renda quanto aqueles de menor rendimento".

Desalentados

A população desalentada, recuou para 3,3 milhões no trimestre encerrado em junho de 2024. Foi o seu menor contingente desde o trimestre encerrado em junho de 2016 (3,2 milhões), com quedas de 9,6% (menos 345 mil pessoas) no trimestre e 11,5% (menos 422 mil pessoas) no ano. Com isso, o percentual de desalentados na força de trabalho ou desalentada (2,9%) foi o menor desde o trimestre encerrado em maio de 2016 (2,9%).

Para a coordenadora de Pesquisas Domiciliares do IBGE, "a redução do desalento pode estar relacionada à melhoria das condições do mercado de trabalho como um todo, possibilitando que esse contingente retorne para a força de trabalho. E como estamos vendo uma redução da população desocupada, essa redução do desalento provavelmente está sendo proporcionada pelo aumento da ocupação".

Além disso, com o aumento de pessoas em formas de trabalho não tradicionais, como freelancers e prestadores de serviços, a reforma trabalhista de 2017 introduziu medidas que flexibilizaram as relações de trabalho, facilitando práticas como a terceirização irrestrita e a contratação de trabalhadores como PJ. A pejotização é uma prática controversa nas relações de trabalho, com implicações significativas tanto do ponto de vista econômico quanto social. O termo se refere à contratação de trabalhadores como pessoas jurídicas (PJ), em vez de contratados de pessoa física (CLT).

Economicamente, o método pode proporcionar benefícios imediatos para as empresas, como a redução de encargos trabalhistas e previdenciários e a flexibilização na contratação de mão de obra. Isso pode resultar em uma diminuição nos custos operacionais e uma maior competitividade no mercado, uma vez que as contribuições previdenciárias são menores em comparação com os encargos devidos pelos empregados formais. No entanto, há críticas de que essa prática contribui para a precarização do trabalho, pois retira direitos garantidos aos trabalhadores formais, como férias remuneradas, 13º salário e FGTS. Socialmente, a contratação de Pessoas Jurídicas pode criar uma classe de trabalhadores sem proteção social adequada, aumentando a vulnerabilidade dos indivíduos em relação a eventos adversos como doenças, acidentes de trabalho e desemprego.

SENDAS IMOB S.A.
CNPJ Nº 31.911.548/0001-17 / NIRE 33300132643
Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 04 de junho de 2024

1.Data, Horário e Local: Na data de 04 de junho de 2024, às 10h00min, na sede social da Companhia, localizada na Rua Maria Soares Sendas, 111, loja 525, Centro, cidade de São João de Meriti/RJ.**2. Presença e Convocação**: Presentes os acionistas titulares de ações representativas de mais de 95% do capital social da Companhia, conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas (Anexo I). A convocação foi realizada na forma do art. 124, §1º, inciso I, da Lei nº 6404/76 ("Lei das Sociedades Anônimas"), por anúncios publicados no Jornal Monitor Mercantil nos dias 27, 28 e 29 de maio de 2024 (Anexo II). Presente, ainda, o Diretor da Companhia, Sr. Nildo Pires Alves. **3. Mesa**: Presidente: Gerson Stocco de Siqueira. Secretária: Rejane Espósito. **4. Ordem do Dia**: Examinar e deliberar sobre: a) relatórios e contas dos administradores, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e b) o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. **5. Deliberações Tomadas pela Unanimidade dos Presentes**: **5.1. Relatório e contas dos administradores.** Apresentados o relatório e contas dos administradores, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do relatório dos auditores independentes, devidamente publicados no Jornal Monitor Mercantil no dia 30 de abril de 2024, páginas 14 e 15, estes foram analisados pelos acionistas presentes que os aprovaram sem ressalvas, aprovando, portanto, as contas da administração da Companhia. **5.2. Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.** O lucro líquido no valor de R$ 88.599.844,17, que após deduzidos da realização de ajustes de avaliação patrimonial (AAP) e de ajustes na conta de lucros acumulados pela cisão parcial ocorrida em 31/05/2023, teve como base de cálculo para fins de distribuição o valor de R$ 87.142.037,52, com a seguinte destinação: a) não houve constituição de reserva legal sobre o lucro líquido, em virtude do saldo desta reserva ultrapassar o limite legal de 20% do capital social da Companhia; b) R$ 21.785.509,00 para dividendo mínimo obrigatório; c) R$ 214.491,00 para dividendo adicional proposto; d) 35.142.037,52 para reserva para plano de investimento e manutenção de capital de giro; e e) R$ 30.000.000,00 para reserva para futuro aumento de capital, cuja incorporação ao capital social será objeto da próxima assembleia geral extraordinária da Companhia. **6. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Ninguém mais se manifestando sobre outros assuntos, o Sr. Presidente encerrou a reunião e determinou a lavratura da presente ata, que lida e votada, foi aprovada e assinada por todos os presentes. São João de Meriti/RJ, 04 de junho de 2024. Mesa: Presidente: Gerson Stocco de Siqueira; Secretária: Rejane Espósito. Acionistas Presentes: Sendas Invest S.A. (representada por Gerson Stocco de Siqueira); Arthur Antonio Sendas Filho (representado por Rejane Espósito) e Espólio de Arthur Antônio Sendas (representado por Gerson Stocco de Siqueira); Diretor Presente: Nildo Pires Alves. Ata registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 00006287845 em 13/06/2024.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia do Conselho Fiscal – SENALBA RIO CAPITAL. Fica convocado os membros da Diretoria do Sind. dos Emp. Ent. Cult. Rec. Assist. Soc. Orient. Form. Prof. Mun. RJ inscrito no CNPJ nº 33.647.389/0001-10. À realizar na Rua Santa Luzia, 799 – 8º andar. Na data de 21/08/2024, às 10:00h, aprovação das contas fiscais do Biênio 2021/2023; e outros assuntos referente ao Estatuto. RJ, 31/07/2024. Ass. Presidência.

BLUE HOUSE 2 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ/MF nº 15.573.111/0001-64 - NIRE 33.2.0924191-5
Ata de Reunião Sócios Quotistas

1. Data, Hora e Local: Em 18 de julho de 2024, às 11:00 horas, na sede da sociedade, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 12.600, Bloco 5, Sala 201, Parte, Barra da Tijuca, CEP 22790-702. **2. Composição da Mesa:** Presidente: **Carlos Barberi**; Secretário: **Afonso Henrique da Costa**. **3. Convocação:** Dispensada a convocação em razão da presença da Totalidade dos Sócios, representando 100% (cem por cento) do Capital Social. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução de capital da Sociedade. **5. Deliberações: 5.1.** Por considerarem que o capital social é excessivo ao objeto da Companhia, os Quotista aprovaram a redução do capital social, nos termos dos Artigos 1.082, inciso II, e 1.084 da Lei nº 10.406/02, de R$ 14.189.508,00 (quatorze milhões, cento e oitenta e nove mil e quinhentos e oito reais) para R$ 10.889.508,00 (dez milhões, oitocentos e oitenta e nove mil e quinhentos e oito reais), sendo a redução de R$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), que será efetivada mediante a restituição do capital em dinheiro às acionistas, de acordo com a proporção de sua participação no capital social. **5.2.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia passará a ser dividido em 10.889.508,00 (dez milhões, oitocentos e oitenta e nove mil e quinhentos e oito) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, e a Cláusula 3ª do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Cláusula 3ª** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 10.889.508,00 (dez milhões, oitocentos e oltenta e nove mil e quinhentos e oito reais), dividido em 10.889.508 (dez milhões, oitocentos e oitenta e nove mil e quinhentos e oito) quotas*, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre as sócias:

SÓCIAS	*QUOTAS*	*VALOR*	*%*
Catisa Empreendimentos e Participações Ltda.	*9.574.055*	*9.574.055,00*	*87,92%*
Disa Participações Ltda.	*1.315.453*	*1.315.453,00*	*12,08%*
Total	*10.889.508*	*10.889.508,00*	*100%*

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor da sua participação (quotas), mas todos os sócios respondem solidariamente, pela integralização do Capital Social, na forma do disposto no artigo 1052, da lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **5.3.** A Reunião dos Sócios Quotistas determinou que a Diretoria da Companhia proceda a publicação da presente ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação da presente ata, conforme disposto nos artigos 1.082; 1.083 e 1.084 da Lei nº 10.402/2002. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, a qual foi assinado por todos os presentes à Assembleia. Rio de Janeiro, 18 de julho de 2024. **Carlos Enotrio Barberi** - Presidente da Mesa; **Afonso Henrique da Costa** - Secretário da Mesa. Sócios: **CATISA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.** p. Carlos Enotrio Barberi; **DISA PARTICIPAÇÕES LTDA.** p. Anita Galperin Barberi; **DISA PARTICIPAÇÕES LTDA.** p. Bruna Oliveira Galperin; **DISA PARTICIPAÇÕES LTDA.** p. Telma Galperin; **DISA PARTICIPAÇÕES LTDA.** p. Crystal de Alencar Galperin.

REGISTRO GERAL

Aislan Loyola
aislan.loyola@monitormercantil.com.br

CINEMA DE PARATY - De 1 a 4 de agosto, acontece o 1º Festival Internacional de Cinema de Paraty que conta com o apoio institucional da Rodoviária do Rio. Além da exibição de filmes, o evento prevê ações culturais através de fóruns, palestras e debates. Foram selecionados 11 longas e 25 curtas entre produções nacionais e internacionais. Além da premiação, haverá o Prêmio da Crítica, a entrega do Troféu José Wilker e muito mais. Sob curadoria e realização do cineasta Bruno Saglia e da atriz e produtora executiva Jane Saglia, o Festival Internacional de Cinema de Paraty será totalmente gratuito. Ainda há vagas nas sessões, mas é bom se cadastrar antecipadamente. Ainda há passagens de ônibus para Paraty que podem ser adquiridas no site www.rodoviariadorio.com.br.

PAULA KLIEN - Lançado em fins de maio no Rio e em São Paulo, mas podendo ser encontrado em todas as livrarias, espalhadas pelo Brasil e na Amazon, o livro "Todas as Minhas Mortes", da estreante na literatura, Paula Klien, conhecida pela força de sua arte, é um dos mais vendidos este ano, na categoria autoficção, desafiando limites em um jornada literária sedutora por ser terna e eletrizante ao mesmo tempo. Uma leitura que cria memórias afetivas, que atravessa as emoções e se torna inesquecível. "Todas as minhas mortes", primeiro livro da artista plástica Paula Klien, da Editora Citadel, proporciona, com absoluta crueza, aspectos da nossa mais profunda humanidade, com uma estilística própria, incisiva, ousada e nietzscheana, rompendo com as formas tradicionais de comunicação e pensamento, com uma narrativa que tem o poder de acionar gatilhos mentais e de criar vínculos com os leitores, marcando cada pessoa de forma única.

ANTITRANSPIRANTE - A Nivea relançou o Antitranspirante em barra Derma Protect Clinical nas versões feminina e masculina. Ideal para todos os tipos de pele, a linha oferece proteção de 96h contra o suor e o mau odor. O toque seco é um diferencial, pois gera uma sensação de secagem rápida, sem causar incômodo e nem risco de danificar a roupa, sendo a escolha perfeita para quem busca eficácia sem abrir mão do conforto. Além disso, a linha inclui a Fragrância Clinical, proporcionando uma sensação de frescor e bem-estar ao longo do dia. Os produtos não contêm álcool, especificamente álcool etílico, minimizando qualquer potencial irritação na pele sensível.

SINDUSCON-SP - Ao comemorar seus 90 anos em 2024, o SindusCon-SP também celebra a 25ª edição do tradicional Seminário Tecnologia de Estruturas e Fundações, realizado por meio do Comitê de Tecnologia e Qualidade (CTQ) e do Comitê de Meio Ambiente (Comasp). Em formato híbrido, o evento acontecerá no dia 8 de agosto, das 10h às 19h30, sendo a opção presencial na sede da entidade (r. Dr. Bacelar, 1043, Vila Clementino, São Paulo). O seminário se destaca por ser pioneiro na inclusão de temas inovadores em processos construtivos, atualizações das normas técnicas de execução de estruturas e tecnologias no ciclo de uma obra.

ULTRAFARMA – Nesta quinta-feira, a Ultrafarma, maior farmácia online do Brasil, realiza a 2ª edição do "Dia do Diabético e Hipertenso", para oferecer medicamentos e equipamentos de controle das doenças a preço de custo no site, aplicativo e lojas físicas. A ação, que acontece todo dia 1º de cada mês, tem como representante o apresentador Geraldo Luís, que vive com ambas as enfermidades, e gravou os filmes que vão ao ar em emissoras de rede nacional. Além dos descontos, os clientes que optarem por fazer as compras em um dos seis endereços localizados na região da estação Saúde-Ultrafarma, em São Paulo, também poderão fazer testes gratuitos de glicemia e hipertensão. O "Dia do Diabético e Hipertenso" é mais uma forma da Ultrafarma ajudar, não só na manutenção da saúde física da população, como também na saúde financeira, por isso, além de trabalhar com os preços mais competitivos do mercado, realiza mensalmente outras ações que deixam os valores ainda mais atrativos.

SIGMA PROJECT - Com o apoio da Embaixada da Espanha, INAEM (Ministério da Cultura da Espanha) e do Instituto Etxepare do Governo Basco, SIGMA Project desembarca no Brasil no próximo dia 5 de agosto. Convidados pela Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, apresentando no Brasil (10 de agosto, Sala Minas Gerais, 18 horas) a estreia do 'Concerto para quarteto de saxofones e Orquestra Sinfônica' do prestigiado compositor Philip Glass (um verdadeiro rock star da música clássica atual) tocarão em Belo Horizonte como solistas junto à Orquestra, mas aproveitarão a estadia na capital mineira para realizar um recital de música de câmara do quarteto no dia 8 de agosto (19h) na Sala Juvenal Dias no Palácio das Artes, também a convite da Orquestra. No Rio de Janeiro, SIGMA Project oferece uma Masterclass em parceria com a Escola de Música da UFRJ (12 agosto, 13h) e também realiza um segundo recital de câmara no Centro Cultural Justiça Federal, CCJF (13 agosto, 18h) onde apresentarão a PREMIERE MUNDIAL do quarteto do compositor brasileiro Rodrigo Lima (além de apresentar no Brasil várias obras internacionais em primeira audição).

Turismo desaba no RS, mas cresce no resto do país

A tragédia climática que atingiu o Rio Grande do Sul, em maio, já aponta as primeiras consequências econômicas, após os danos sociais e ambientais que ainda persistem mais de dois meses após as enchentes que assolaram a região. Dados inéditos do Conselho de turismo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP) destacam que o faturamento do setor no estado gaúcho sofreu uma queda significativa de 16,6%, no quinto mês do ano, em relação ao mesmo período do ano passado. A redução representa uma perda de mais de R$ 118 milhões.

De acordo com a entidade, a principal causa dessa diminuição drástica no faturamento do turismo na região foi a interrupção das operações no Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, em razão da falta de condições de operação, causadas pelas enchentes à época. A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) reportou uma queda de 3% no número de passageiros durante o mês, o que impactou a demanda turística. Segundo o estudo, realizado com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor no Estado faturou R$ 593,3 milhões, em maio. Como o Salgado Filho permanece fechado, com os voos operando num número reduzido pela Base Aérea de Canoas, a Fecomércio-SP estima que os próximos meses ainda devam apresentar resultados negativos.

Distante do cenário de crise no Rio Grande do Sul, em outras regiões do país, o levantamento também identificou quedas no faturamento. Foram os casos de Acre (-7,2%), Roraima (-6,9%), Mato Grosso (-2,1%) e Rondônia (-0,1%). Em 21 Estados, no entanto, o faturamento do setor registrou crescimento.

Tocantins obteve a maior variação anual (17,2%), seguido da Bahia (7,4%) e do Amazonas, com o mesmo porcentual. São Paulo, que vinha seguindo um ciclo de quedas consecutivas, apontou a segunda elevação expressiva (5,6%), após o crescimento de 4,1%, observado em abril. O estado representa cerca de 35% do turismo nacional – portanto, qualquer variação, dada a sua magnitude, tem um efeito exponencial no desempenho global.

Para o turismo nacional, o resultado de maio foi o melhor para o mês desde 2019 – ou seja, antes da pandemia -, o que mostra uma possível recuperação do setor. Para se ter uma ideia, o turismo brasileiro cresceu 1,9% no período, registrando um provento de R$ 15,7 bilhões. A variação anual já acumula alta de 2,4%.

A inflação continua sendo um dos principais fatores que influenciaram no resultado. Dos oito segmentos analisados na pesquisa, seis apontaram resultado positivo, com destaque para o grupo de alojamentos – que faturou R$ 1,7 bilhão, representando uma alta de 16,6% – e locação de meios de transportes, que obteve R$ 2,2 bilhões no mês, uma alta de 8,9%.

Os segmentos de alojamento e transporte, que foram os que mais apontaram crescimento no mês de maio, também são os que mais encareceram em decorrência da inflação: a tarifa média aumentou 12% e a variação da locação de veículos, nos últimos 12 meses, foi de 21,26%. No mês de junho, ambos permaneceram pressionados. As demais elevações no faturamento ocorreram nos serviços de alimentação (6,6%), nas atividades culturais, recreativas e esportivas (4,4%) e nas agências de viagens, operadores e em outros serviços turísticos (2,5%). Por outro lado, três grupos ligados ao transporte de passageiros mostraram queda no mês de maio, com destaque para o rodoviário, que caiu 7,9%. Já são 13 meses de quedas consecutivas. Os transportes aquaviário e aéreo também sofreram retração, de 3,8% e 3,1%, respectivamente. No caso do segundo, há uma deflação acumulada de 2,59% nos bilhetes, o que ajuda a explicar a queda no faturamento, já que a demanda permanece aquecida. Além disso, é necessário considerar que os efeitos das enchentes do Rio Grande do Sul, interrompendo as operações no aeroporto de Porto Alegre, consequentemente, também reduziram a demanda doméstica, como demonstram os dados da Anac citados anteriormente.

Segundo a Fecomércio-SP, o turismo deve permanecer indicando variações modestas para os próximos meses. O preço do dólar pode encarecer as passagens aéreas e dificultar as viagens familiares a lazer. Assim, deve limitar o crescimento do setor em termos nacionais. No entanto, pode beneficiar destinos e atrações mais próximas, impulsionando a locomoção por veículo próprio, carro alugado ou ônibus.

O estudo se baseia nas informações da Pesquisa Anual de Serviços, mediante dados atualizados com as variações da Pesquisa Mensal de Serviços, ambas do IBGE. Os valores são corrigidos mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e foram escolhidas as atividades que têm relação total ou parcial com o turismo. Para as que têm relação parcial, foram utilizados dados de emprego ou de entidades específicas para realizar uma aproximação da participação do setor no total.

Já análise do volume da atividade turística de maio apurado na Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE e realizada pelo Núcleo de Estudos Econômicos da Fecomércio-MG, indica que, apesar da retração mensal de 0,7% (no mês de maio), Minas Gerais segue com crescimento no turismo se observado o acumulado nos 12 meses. A iminência da entrada do inverno desaqueceu igualmente o turismo no país que teve retração de -0,2% em maio. Nos demais períodos analisados: maio deste ano ante o mesmo mês de 2023, acumulado do ano e no acumulado em 12 meses, o estado mineiro segue com números positivos superando o desempenho geral do turismo no Brasil.

Quando estabelecida comparação da atividade turística de Minas Gerais entre maio de 2024 e maio de 2023, o indicador mostra avanço de 8,1%. Essa taxa de crescimento mostra a tendência de estabilização da expansão da atividade no pós-pandemia já que em maio de 2023 foi registrado crescimento de 18,4% frente maio de 2022. Ainda assim, a comparação com o volume da atividade de abrangência nacional, que registrou retração de -0,7% no quinto mês de 2024 ante maio de 2023, aponta para o crescimento consistente do turismo no estado que evolui nesta base de comparação ininterruptamente há quase três anos.

A expansão do turismo mineiro no acumulado do ano, observada nos últimos 36 meses, é outro dado que confirma a consistência do crescimento da atividade no estado, sendo superado apenas pela Bahia em maio. Entre janeiro e maio de 2024, Minas Gerais registra ampliação de 9,0% no volume da atividade turística enquanto no contexto nacional verifica-se alta de 1,1%. O incremento do turismo do estado sobre o do país nesta base de comparação é de 7,9 pontos percentuais.

Dentre todos os estados brasileiros, Minas Gerais se destaca por apresentar o maior crescimento no setor turístico nos últimos 12 meses. Esse destaque pode ser atribuído a uma série de fatores que exercem um impacto significativo sobre esses números.

Rio registra cerca de 1,1 GW de potência na geração própria solar

O Rio de Janeiro registrou cerca de 1,1 gigawatt (GW) de potência instalada na geração própria de energia solar. De acordo com dados da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), o estado possui mais de 124 mil conexões operacionais de energia solar em telhados e pequenos terrenos, espalhadas por 92 cidades, ou 100% dos municípios da região. Atualmente são mais de 144 mil consumidores de energia elétrica que já contam com redução na conta de luz, maior autonomia e confiabilidade elétrica.

Desde 2012, a modalidade já proporcionou ao Rio de Janeiro a atração de R$ 5,8 bilhões em investimentos, geração de mais de 35 mil empregos e a arrecadação de R$ 1,7 bilhão aos cofres públicos. Para ampliar a sustentabilidade no estado, a Absolar recomenda a criação e ampliação de programas, políticas e mais incentivos locais para o avanço da energia solar, incluindo, por exemplo, a inclusão da tecnologia fotovoltaica nos prédios públicos em geral, nas casas populares e nos programas de universalização de acesso à eletricidade.

Para Ronaldo Koloszuk, presidente do Conselho de Administração da Absolar, o crescimento das instalações de sistemas de energia solar pelos consumidores brasileiros é reflexo da popularização da tecnologia no território nacional.

"Analistas de mercado apontam que, apenas em 2023, os painéis solares registraram queda de cerca de 50% no preço médio final, ampliando a atratividade e o acesso por consumidores brasileiros de diferentes perfis", comenta.

"Portanto, trata-se do melhor momento para se investir em sistemas solares em residências, empresas e propriedades rurais. E ainda há um enorme potencial de crescimento do uso da tecnologia fotovoltaica, já que o Brasil possui cerca de 92,7 milhões de unidades consumidoras de energia elétrica no mercado cativo", complementa.

Já Rodrigo Sauaia, CEO da associação, ressalta que o avanço da energia solar é fundamental para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do Brasil e ajuda a diversificar o suprimento de energia elétrica do país, reduzindo a pressão sobre os recursos hídricos e o risco da ocorrência de bandeira vermelha na conta de luz da população.

Reforma tributária pode aumentar desigualdade regional

Para especialista, mudanças quem simplificam sistema podem trazer desafios para estados menos desenvolvidos; para Padilha, prioridade é fechar ano com regulamentação.

As mudanças propostas na reforma tributária visam a simplificar o sistema tributário nacional, mas essa simplificação pode resultar em consequências negativas para diversos setores e regiões do Brasil.

Para Renata Bilhim, advogada especializada em Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento, sócia da Bilhim Educação e Consultoria Tributária e ex-conselheira do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), "a unificação de tributos, embora vise simplificar, pode elevar as alíquotas efetivas para muitos contribuintes, especialmente aqueles que hoje se beneficiam de alíquotas diferenciadas e regimes especiais."

Segundo a Agência Brasil, a possível elevação da carga tributária é uma das principais preocupações. Hoje, empresas podem pagar alíquotas variáveis de acordo com a região e a atividade econômica, mas a reforma propõe uma alíquota unificada de 26,5% para Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Renata explica que essa mudança pode afetar principalmente as médias empresas, que operam com margens de lucro menores."O aumento da carga tributária pode reduzir a competitividade das empresas brasileiras, dificultando exportações e atração de investimentos estrangeiros. Em um efeito cascata, pode impactar, mais adiante, na empregabilidade e bolso do consumidor final", diz.

Além disso, a implementação do novo sistema pode ser complexa e custosa. A transição para o modelo unificado exigirá uma adaptação significativa tanto por parte das empresas quanto do governo. "A mudança para o IBS requer uma reformulação completa dos sistemas de contabilidade e gestão fiscal, além de novos mecanismos de arrecadação e fiscalização. A incerteza durante o período de transição pode gerar insegurança jurídica e desestabilizar o ambiente de negócios", destaca.

Outro ponto de preocupação é a desigualdade regional. A unificação de tributos pode prejudicar estados e municípios que atualmente têm regimes tributários mais vantajosos, reduzindo sua autonomia financeira. "Estados e municípios que dependem de incentivos fiscais para atrair investimentos podem perder essa vantagem competitiva com a uniformização das alíquotas", explica a especialista.

Além disso, a redistribuição de receitas entre as diferentes esferas de governo pode não compensar adequadamente as perdas de arrecadação em regiões menos desenvolvidas. Isso pode aumentar as disparidades regionais e limitar a capacidade de investimento em infraestrutura e serviços públicos essenciais.

Alguns setores da economia, principalmente o de serviços, podem ser particularmente afetados pela mudança na estrutura tributária. Atualmente existem alíquotas mais baixas de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), mas a implementação do IBS pode significar um aumento significativo na carga tributária. "O setor de serviços, que hoje paga entre 2% e 5% de ISS, pode passar a estar sujeito a uma alíquota de 26,5%, o que representa um aumento considerável para o bolso de qualquer empresário", observa Renata.

As consequências não ficam apenas no mundo corporativo. A advogada alerta que esse aumento pode resultar em preços mais altos para os consumidores e uma redução na demanda por serviços. "Isso pode afetar negativamente a economia como um todo, especialmente em um momento em que a recuperação econômica é fundamental", alerta.

O recomendado é cautela, já que uma reforma tributária afeta a vida de todos os brasileiros. "É essencial que o debate sobre a reforma tributária continue buscando um equilíbrio que minimize suas consequências negativas e garanta que seus objetivos de simplificação e justiça tributária sejam alcançados", conclui.

Nesta quarta-feira, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que uma das prioridades do Governo Federal é encerrar 2024 com a regulamentação da reforma tributária aprovada pelo Congresso Nacional. "Até o final do ano, nós queremos concluir a votação dessa regulamentação", disse.

Padilha lembrou que a regulamentação, dentre outras questões, prevê a simplificação de impostos e, consequentemente, a geração de mais empregos. "Estamos transformando cinco impostos em um só, facilitando a vida do empresário".

"Essa é a prioridade absoluta. Tem que votar ainda no Senado. Provavelmente, volta pra Câmara também, porque um dos projetos ainda está na Câmara. Vamos acompanhar isso. Nossa prioridade é terminar o ano com essa regulamentação aprovada. E confio muito que o Congresso Nacional, os presidentes das duas Casas, tanto o presidente Arthur Lira quanto o presidente Rodrigo Pacheco, os líderes, querem concluir a votação neste ano."

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO VALE DO SOL - AMVSOL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL

Os Diretores abaixo, membros da última Diretoria eleita da **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO VALE DO SOL AMVSOL**; resolvem convocar pelo presente Edital, todos os Sócios para a **Assembleia Geral**, a ser realizada na sede da Associação na Rua Jaguarembé nº. 28, Taquara, CEP: 22720-130, Rio de Janeiro – RJ, no dia 01 de abril de 2024. **1ª Convocação:** Inicio: 19:00 horas, com a presença no mínimo da metade e mais um dos sócios. **2ª Convocação:** Inicio: 19:30 horas, com a presença de qualquer número dos sócios no gozo de seus direitos Estatutários. A ORDEM do dia é a seguinte: 1) Eleição de nova Diretoria por Aclamação; 2) Posse da nova Diretoria. Rio de Janeiro, 01 de Abril de 2024. **DIRETORES ATUAIS:** MARCELO FERNANDES MORAES, DIRETOR PRESIDENTE - CPF: 071.812.437-56, DELFIM FERNANDEZ MARTINS - DIRETOR VICE-PRESIDENTE - CPF: 078.510.057-10, SOLANGE CESARIA FERREIRA VIANNA DORNELLES - DIRETORA TESOUREIRA - CPF: 868.527.287.49, RAIMUNDO LUIZ SANTOS ROCHA - SECRETÁRIO - CPF: 746.226.987-34, ARNALDO DUFRAYER DE SOUZA - SUB-SECRETÁRIO - CPF: 309.874.237-20.

SENDAS IMOB S.A.
CNPJ nº 31.911.548/0001-17 / NIRE 33300132643
Ata De Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de junho de 2024

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Na data de 27 de junho de 2024, às 13h00min, na sede social da **SENDAS IMOB S.A.**, localizada na Rua Maria Soares Sendas, 111, loja 525, Venda Velha, São João de Meriti/RJ, CEP 25.581-352 ("Companhia"). **2. PRESENÇA E CONVOCAÇÃO:** Presentes os acionistas titulares de ações representativas de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social da Companhia, conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas (Anexo I). A convocação foi realizada na forma do disposto no artigo 124, § 1º, inciso I, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), por anúncios publicados no Jornal Monitor Mercantil, nos dias 19, 20 e 21 de junho de 2024 (Anexo II). **3. MESA:** Presidente: Gerson Stocco de Siqueira. Secretária: Rejane Espósito.**4. ORDEM DO DIA:** (a) aprovar o aumento de capital da Companhia mediante a capitalização da reserva para futuro aumento de capital aprovada na AGO realizada em 04/06/2024, com a consequente alteração do Artigo 5º do estatuto social da Companhia para refletir o aumento; (b) aprovar a alteração do Capítulo III do estatuto social que versa sobre a administração da Companhia; e (c) eleger o novo Diretor sem designação específica para a composição da administração da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES APROVADAS PELOS ACIONISTAS:** 5.1 De modo a refletir a deliberação tomada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 04 de junho de 2024, aprovar o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 30.000.000,00, mediante a capitalização integral da conta de reserva para aumento de capital da Companhia, sem a emissão de novas ações ordinárias. Em virtude do referido aumento, o capital social da Companhia passará de R$ 34.790.000,00 para R$ 64.790.000,00, motivo pelo qual o caput do Artigo 5º do estatuto social da Companhia passará a viger com a seguinte redação: *"Artigo 5º - O capital social é de R$ 64.790.000,00, totalmente integralizado, dividido em 107.290.128 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.* 5.2. Aprovar alteração do artigo 7º do estatuto social da Companhia, de modo a ampliar a competência da Diretoria da Companhia, o qual passará a vigorar da seguinte forma: *"Artigo 7º - Compete à Diretoria: a) elaborar o relatório anual de atividades, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação do lucro líquido a serem submetidos ao exame de aprovação da Assembleia Geral; b) designar representantes da Companhia e fixar-lhe a orientação relativamente à participação em assembleia geral de sociedades controladas ou colegiadas; c) deliberar sobre matérias que forem submetidas pelo Diretor Presidente; d) estabelecer a política geral da Companhia; e) fixar e orientar a estratégia dos negócios da corporação como um todo e em cada tipo de atividade; f) discutir e aprovar os planos e orçamentos operacionais e de investimentos anuais e plurianuais; g) indicar e destituir auditores independentes, se e quando deliberada a submissão a eles das suas contas e demonstrações financeiras; h) distribuir ou redistribuir as funções a serem desempenhadas pelos Diretores e escolher, dentre eles, substitutos em caso de eventuais impedimentos ou licença; i) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, j) aprovar e assinar a concessão de avais, cauções, fianças ou quaisquer tipos de garantias em nome da Companhia para a consecução de seu objetivo social e/ou para suas Afiliadas; e k) aprovar operações de crédito em geral, incluindo a emissão de títulos de crédito."* 5.3. Aprovar a inserção do Parágrafo Quarto no artigo 8º do estatuto social da Companhia, de modo a prever as condições para representação da Sociedade por apenas 1 (um) procurador, o qual que passará a vigorar com seguinte redação: *"Parágrafo Quarto. Observada a regra de constituição estabelecida no Art. 9º, a representação da Companhia perante órgãos públicos em geral nas esferas federal, estadual e municipal, incluindo Receita Federal e Procuradorias, bem como perante concessionárias de serviços públicos poderá ser feita por apenas 1 (um) procurador."* 5.4. Aprovar a eleição do novo Diretor sem designação específica da Companhia, o Sr. Rogério Gabriel de Macedo, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº 06.438.330-0, expedida pelo DETRAN, inscrito no CPF nº 913.905.247-87, domiciliado na Rua Maria Soares Sendas, nº 111, loja 525, parte, Venda Velha, São João de Meriti/RJ, para um mandato unificado aos Diretores já empossados, ou seja, até 29.07.2025, conforme termo de posse objeto do Anexo III à presente ata. 5.5. Adaptar, reformar, renumerar e consolidar o estatuto social da Companhia para refletir as alterações promovidas, bem como a nova redação de suas disposições, de forma que este passe a vigorar na forma constante do Anexo IV à presente ata. 5.6. Aprovar a dispensa de publicação dos anexos à presente ata, os quais ficarão arquivados na sede da Companhia para consulta pelos interessados. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu esta assembleia e determinou a lavratura da presente ata, que, lida e votada, foi aprovada por todos os presentes. São João de Meriti/RJ, 27 de junho de 2024. Mesa: Presidente: Gerson Stocco de Siqueira; Secretária: Rejane Espósito. Acionistas Presentes: Sendas Invest S.A. (representada por Gerson Stocco de Siqueira); Espólio de Arthur Antônio Sendas (representado por Gerson Stocco de Siqueira); Manoel Antonio Sendas Filho (representado por Rejane Espósito); Isabel Bione Bousquet (representada por Edison de Souza Ortman Júnior; Quinta Bousquet Adm. de Bens Ltda. (representada por Edison de Souza Ortman Júnior); Arthur Antonio Sendas Filho (representado por Rejane Espósito). Ata registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 00006335678 em 10/07/2024.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA REGIONAL DA BARRA DA TIJUCA/RJ.

EDITAL DE 1º., 2º., LEILÃO ONLINE e de INTIMAÇÃO, com prazo de 05 dias, nos autos da Ação de Execução proposta pelo CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ALOHA em face de JOSE LUIZ BARRA – Proc. nº 0042332-68.2019.8.19.0209, passado na forma abaixo: O DR. MARIO CUNHA OLINTO FILHO - Juiz de Direito da Vara acima que funciona a Av. Luiz Carlos Prestes, s/nº 2º andar CEP: 22775-055 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3385-8700 e-mail: btj02vciv@tjrj.jus.br, FAZ SABER aos que presente edital **INTIMA** que virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente a **JOSE LUIZ BARRA e s/m ILKA DE ARAUJO BARRA, inscritos no CPF sob os nºs 067.006.407-68 e 706.736.247-49,** para ciência das datas: **12/08/2024, às 13h (com encerramento no dia 12/08/2024, às 13h20),** a quem mais der acima da avaliação**, e no dia 14/08/2024, às 13h, (com encerramento no dia 14/08/2024, às 13h20)**, a quem mais der acima de 50% (Art886,V c/c Art891 do CPC). **(conf. fls.148/151 e 310/313),** a ser realizado de forma online através do site www.andrealeiloeira.lel.br, pela Leiloeira Pública **ANDRÉA ROSA COSTA,** o imóvel situado na **RUA JORNALISTA HENRIQUE CORDEIRO, Nº 160 – APTO 301, C/ 01 VAGA – BARRA DA TIJUCA/RJ.**, pelo valor da Avaliação de **R$ 1.077.286,00.** Condições de Venda conf. fls.148/151 e 336/339. O edital está na íntegra nos autos acima e nos sites: **www.andrealeiloeira.lel.br, www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.** RJ., 09/07/2024, Eu,________ Luciane Saintive Barbosa, Titular do Cartório – Mat. 10-17434.

SINDICATO DOS MOTORISTAS, AJUDANTES EMPREGADOS E AUTONOMOS DE CARGA DA REGIÃO DOS LAGOS
CNPJ: 00.368.582/0001-63
ATA DE ENCERRAMENTO
REGISTRO DE CHAPAS

Às dezesseis horas e cinco minutos do dia 28 de junho de 2024, na Sede Social desta Entidade de Classe localizada na Avenida Joaquim Nogueira, 1005 – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ – CEP: 28909-490, foi encerrado o prazo para o Registro de Chapas concorrentes ao pleito que será realizado no dia 22 de julho de 2024, conforme resumo do Edital publicado no Jornal Monitor Mercantil do dia 21 de junho de 2024, pag.05. No prazo estabelecido no mencionado Edital, apresentou-se para concorrer ao pleito, uma única Chapa assim constituída: CHAPA ÚNICA – **Efetivos**: Juliano Braga Vieira, Magno de Souza Santos, Gediel de Oliveira Vasconcelos, Miriam dos Santos Barros, , Ualace Marque Braga, Aline Lucia Rodrigues **Suplentes** : Rogério da Costa Marinho. **Conselho Fiscal – Efetivo**: Fernando Antonio da Silva, Wanderson Batista da Silva, Jurandir da Conceição Silva. **Suplentes**: Diones Lima de Souza. **Delegados Representantes – Efetivos**: José Heleno de Souza **Suplente** : Alan da Silva. Conforme o Estatuto desta Entidade Sindical, , fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias corridos para impugnação das candidaturas, após a publicação deste termo, cumprindo, assim, as determinações legais pertinentes. Nada mais havendo a declarar. Publique-se.

Cabo Frio, 13 de julho de 2024.
Juliano Braga Vieira – Presidente em Exercício

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESCRITORIOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTES DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESCRITORIOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTES DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO, através de seu Presidente em Exercicio, no uso de suas prerrogativas estatutárias, convoca a todos os associados, quites com suas obrigações estatutárias, para a **ELEIÇÃO SINDICAL**, destinada à eleição dos membros da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados do Conselho de Representantes junto à Federação, membros efetivos e suplentes, considerado cada órgão diretivo, para o mandado 2024/2029, que será realizada no dia 06 de agosto de 2024, em primeira convocação, ou nos dias 14 de agosto de 2024 em segunda convocação, ou no dia 16 de agosto de 2024, em terceira e última convocação. Em cada convocatória deverá ser observado o quorum estatutário pertinente para a sua validade e proclamação de chapa eleita. A coleta de votos se dará, no período das 9:00 às 16:00 horas, perante a mesa coletora de votos na sede do Sindicato, localizada na Rua Ana Neri, 1051 – Rocha – Rio de Janeiro - RJ e, através de uma urna itinerante, que percorrerá as empresas. Observando que em caso de uma única chapa registrada, por medida de economia processual e conforme previsão estatutária a vitoria da chapa registrada se Dara por aclamação, não impedindo a abertura de prazo para a devida impugnação. O prazo de registro de chapas será de 05 (cinco) dias, contados da publicação do presente edital, que também cumpre o que exigido para o aviso resumido, cumprido assim a norma estatutária destinada à publicidade deste ato. O prazo de impugnação será de 05 (cinco) dias, contados da publicação da relação nominal das chapas registradas. O registro de chapas se procederá somente perante a Secretaria do Sindicato, no horário das 9:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta-feira.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 2024
José Augusto Maciel Pinheiro - Presidente em Exercício

BRADESCO SAÚDE S.A.
Grupo Bradesco Seguros
CNPJ nº 92.693.118/0001-60 - NIRE 33.300.159.541
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA BRADESCO SAÚDE S.A., GRUPO BRADESCO SEGUROS, REALIZADA EM 30.4.2024

Aos 30 dias do mês de abril de 2024, às 17h15, reuniram-se, na sede social, Avenida Rio de Janeiro, 555, sala 801, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675, e por videoconferência, os membros do Conselho de Administração da Sociedade sob a presidência do senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, que convidou o senhor Samuel Monteiro dos Santos Junior para Secretário. Os membros deste Conselho, reeleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data (30.4.2024), assinam a presente Ata, que servirá como termo de posse. Todos terão mandato de 3 (três) anos, permanecendo no exercício de suas funções até a posse dos novos Conselheiros a serem eleitos na Assembleia Gera Ordinária de 2027 e declaram que se se obriga a cumprir a Lei e o Estatuto Social da Sociedade. Em seguida, os Conselheiros: 1) de conformidade com o disposto no "caput" do Artigo 8º do Estatuto Social, procederam a eleição, entre si, do Presidente e do Vice-Presidente deste Órgão, tendo a escolha recaído nos nomes dos senhores ***Presidente:*** Luiz Carlos Trabuco Cappi; ***Vice-Presidente:*** Samuel Monteiro dos Santos Junior; 2) estando vencido o mandato da atual Diretoria, os Conselheiros, atendendo ao disposto no "caput" do Artigo 12 do Estatuto Social, procederam a eleição dos membros que integrarão o referido Órgão, tendo sido reeleitos os senhores: ***Diretor-Presidente: Manoel Antonio Peres,*** brasileiro, divorciado, médico, RG 8.014.301.397/SSP-RS, CPF 033.833.888-83, com endereço profissional na Avenida Rio de Janeiro, 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675; ***Diretor Geral: Carlos Alberto Iwata Marinelli,*** brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 23.995.501-8/SSP-SP, CPF 250.792.408/06, com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900; ***Diretores Gerentes: Américo Pinto Gomes,*** brasileiro, casado, securitário, RG 65.168.400-6/SSP-SP, CPF 749.510.847/91, com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900; ***Flávio Bitter,*** brasileiro, casado, engenheiro, RG 10.591.790-0/IFP-RJ, CPF 044.453.707/46, com endereço profissional na Avenida Rio de Janeiro, 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675; ***Gedson Oliveira Santos,*** brasileiro, casado, securitário, RG 63.978.640-6/SSP-SP, CPF 261.708.518/05, com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900; ***Diretores: Antonio Alexandre Arias,*** brasileiro, casado, securitário, RG 17.410.616-6/SSP-SP, CPF 101.489.968/09, com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900; ***Thais Jorge de Oliveira e Silva,*** brasileira, casada, médica, RG 1.354.562-ES/SSP-ES, CPF 074.060.777/42, com endereço profissional na Avenida Rio de Janeiro, 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675; ***Sylvio Roberto Alves Vilardi,*** brasileiro, solteiro, engenheiro, RG 05.816.359-3/Detran-RJ, CPF 008.932.147/28, com endereço profissional na Avenida Rio de Janeiro, 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675; ***Fabio Miranda Daher,*** brasileiro, casado, securitário, RG 1.337.361-ES/SSP-ES, CPF 075.763.917-82, com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900; ***Vinicius Marinho da Cruz,*** brasileiro, casado, securitário, RG 50.942.449-1/SSP-SP, CPF 074.063.487-97, com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900; e ***Valdirene Soares Secato,*** brasileira, casada, administradora de empresas, RG 20.310.424-9/SSP-SP, CPF 131.402.398/58, com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. Todos terão mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos Diretores que serão eleitos na 1ª Reunião do Conselho de Administração que se realizar, após a Assembleia Geral Ordinária, no ano de 2027. Os Diretores reeleitos preenchem as condições previstas na Resolução Normativa nº 520, de 29.4.2022, da Agência Nacional de Saúde Suplementar- ANS, e firmaram declaração referente ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da lei nº 6.404/76, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade; 3) nomearam, em substituição ao senhor Mauricio Machado de Minas, o senhor ***Octavio de Lazari Junior,*** brasileiro, casado, bancário, RG 12.992.558-5/SSP-SP, CPF 044.745.768-37, com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, para o cargo de Coordenador do Comitê de Auditoria da Sociedade, com mandato coincidente dos demais membros, estendendo-se até a posse dos Membros que serão eleitos na 1ª Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2027. Em consequência, a composição do referido Comitê passa a ser a seguinte: ***Coordenador: Octavio de Lazari Junior,*** brasileiro, casado, bancário, RG 12.992.558-5/SSP-SP, CPF 044.745.768-37, com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Vara, Osasco, SP, CEP 06029-900; ***Membros: Leonardo de Assis Portugal,*** brasileiro, casado, contador, RG 83.203.665/DETRAN-SP, CPF 029.268.337/50; ***Paulo Pereira Ferreira,*** brasileiro, divorciado, atuário, RG 3767835-6/DETRAN-RJ, CPF 598.739.497/04; e ***Paulo Sérgio Rodrigues,*** brasileiro, casado, empresário, RG 8.423.652-8/SSP-SP, CPF 029.445.548-59, todos com endereço profissional na Avenida Rio de Janeiro, 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675; 4) de conformidade com o disposto nas alíneas "m" e "n" do Artigo 9º do Estatuto Social, os Conselheiros, relativamente ao montante global anual para remuneração dos Administradores aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data (30.4.2024), fixaram, a partir do mês em curso, a remuneração mensal de membros deste Órgão, da Diretoria e do Comitê de Auditoria, nominados em relação que ficará arquivada no Departamento de Recursos Humanos. 5) ratificaram, perante à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as designações de Diretor responsável, os senhores: • Manoel Antonio Peres - pela Área Técnica de Saúde; • Flávio Bitter - como Diretor de Relações com a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS; • Gedson Oliveira Santos - pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3.3.1998, que trata dos crimes de "Lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; • Vinicius Marinho da Cruz - pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos Conselheiros presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Samuel Monteiro dos Santos Junior, Milton Matsumoto, Alexandre da Silva Glüher, Mauricio Machado de Minas, Octavio de Lazari Junior e Ivan Luiz Gontijo Júnior. ***Declaração:*** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Bradesco Saúde S.A. -** VINICIUS MARINHO DA CRUZ; CARLOS ALBERTO IWATA. Certidão - Jucerja - Certifico o arquivamento em 09/07/2024, sob o nº 00006332577.

Gerdau tem lucro de R$ 945 milhões no 2º trimestre

A Gerdau concluiu o segundo trimestre de 2024 com Ebitda ajustado (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) de R$ 2,6 bilhões, com margem Ebitda ajustada de 15,8%. Por sua vez, o lucro líquido ajustado da Companhia totalizou R$ 945 milhões entre abril e junho, enquanto a receita líquida somou R$ 16,6 bilhões e as vendas físicas de aço alcançaram 2,7 milhões de toneladas.

"O mercado de aço se manteve desafiador no segundo trimestre de 2024, ainda impactado pela entrada excessiva de aço importado no Brasil, o que refletiu no desempenho da Companhia no período. A Gerdau segue focada em uma estratégia de negócio pautada por uma forte disciplina na gestão de custos, incremento da competitividade e otimização de seus ativos", afirma Gustavo Werneck, CEO da Gerdau.

"As iniciativas de adequação da estrutura da Companhia frente ao cenário atual de negócios anunciadas no segundo trimestre terão reflexo nos resultados dos próximos períodos, assegurando uma geração de valor ainda maior a todos os seus stakeholders", completa.

"Durante o segundo trimestre de 2024, realizamos importantes movimentos de readequação de nossas operações no Brasil em busca de maior competitividade. Além dos impactos de redução de custos no médio prazo, essas iniciativas estão alinhadas à transformação da capacidade produtiva da Companhia visando a modernização dos ativos e maior geração de valor aos nossos clientes", diz Rafael Japur, CFO da Gerdau.

Ao longo do segundo trimestre de 2024, a Gerdau investiu R$ 1,4 bilhão, sendo R$ 716 milhões em manutenção e R$ 704 milhões em projetos de expansão e atualização tecnológica. Do total investido entre abril e junho, R$ 187 milhões foram destinados para a ampliação de ativos florestais, atualização e aprimoramento de controles ambientais, incrementos tecnológicos que resultam em eficiência energética e redução de emissões de gases de efeito estufa.

A Gerdau vem atuando ativamente em diversas frentes de apoio ao Rio Grande do Sul em virtude dos eventos climáticos que impactaram o estado. A Empresa já direcionou mais de R$ 26 milhões em uma série de iniciativas de suporte, recuperação e reconstrução do estado. Estas ações buscam contribuir com projetos emergenciais e estruturantes para que o Rio Grande do Sul retome o seu protagonismo e força inerentes ao povo gaúcho.

Entre as iniciativas, destaca-se a parceria com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) para disponibilizar 100 unidades habitacionais de emergência, que vão beneficiar até 600 pessoas afetadas pelas chuvas na região metropolitana de Porto Alegre (RS). A ação é parte do fundo aberto pela Companhia e a ONG Gerando Falcões para captação de recursos direcionados a reconstrução de habitações no estado gaúcho.

A Gerdau S.A. e a Metalúrgica Gerdau S.A. pagarão dividendos nos dias 20 e 21 de agosto, respectivamente. Na Gerdau S.A., será pago o valor de R$ 0,12 por ação (equivalente a R$ 252,4 milhões) e na Metalúrgica Gerdau S.A. será pago o valor de R$ 0,08 por ação (equivalente a R$ 82,6 milhões), em ambos os casos sobre a posição de ações detidas em 9 de agosto de 2024.

FED mantém taxas de juros inalteradas

O Federal Reserve deixou as taxas de juros inalteradas nesta quarta-feira, em uma alta de 22 anos de 5,25% a 5,5%, já que os últimos dados de preços ao consumidor mostram que a inflação continua esfriando. Indicadores recentes sugerem que a atividade econômica continuou a se expandir em um ritmo sólido.

Os ganhos de empregos moderaram, e a taxa de desemprego aumentou, mas continua baixa. A inflação diminuiu no ano passado, mas continua um pouco elevada. Nos últimos meses, houve algum progresso em direção à meta de inflação de 2% do Fomc.

"O Comitê busca atingir o máximo de emprego e inflação na taxa de 2% no longo prazo. O Comitê julga que os riscos para atingir suas metas de emprego e inflação continuam a se mover para um melhor equilíbrio. A perspectiva econômica é incerta, e o Comitê está atento aos riscos para ambos os lados de seu mandato duplo", diz nota. Em apoio às suas metas, o Fomc decidiu manter a meta de intervalo para a taxa de fundos federais em 5,25% a 5,5%.

"Ao considerar quaisquer ajustes na meta de intervalo para a taxa de fundos federais, o Comitê avaliará cuidadosamente os dados recebidos, a perspectiva em evolução e o equilíbrio de riscos. O Comitê não espera que seja apropriado reduzir a meta de intervalo até que tenha adquirido maior confiança de que a inflação está se movendo de forma sustentável em direção a 2%. Além disso, o Comitê continuará reduzindo suas participações em títulos do Tesouro e títulos lastreados em dívidas de agências e hipotecas de agências. O Comitê está fortemente comprometido em retornar a inflação ao seu objetivo de 2%. Ao avaliar a postura apropriada da política monetária, o Comitê continuará monitorando as implicações das informações recebidas para a perspectiva econômica. O Comitê estaria preparado para ajustar a postura da política monetária conforme apropriado se surgirem riscos que possam impedir a obtenção das metas do Comitê. As avaliações do Comitê levarão em consideração uma ampla gama de informações, incluindo leituras sobre as condições do mercado de trabalho, pressões inflacionárias e expectativas de inflação, e desenvolvimentos financeiros e internacionais", diz o comunicado.

GT para discutir taxonomia sustentável

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) criou um grupo de trabalho (GT) para discutir a Taxonomia Sustentável Brasileira. O grupo se reunirá nesta quinta-feira para ampliar o debate e reunir contribuições que serão levadas ao comitê consultivo do Ministério da Fazenda que trata do tema. A associação faz parte desse fórum junto a outras 17 entidades.

Apesar de causar estranheza, o termo responde aos principais desafios ambientais e sociais do país, de acordo com definição do Ministério da Fazenda que desenvolve diretrizes sobre o tema. O Ministério da Fazendo acredita que uma taxonomia das finanças sustentáveis pode servir como um instrumento central para mobilizar e redirecionar os fluxos de capitais para os investimentos necessários para o enfrentamento à crise climática.

Conforme a definição da Associação Internacional de Mercado de Capitais (ICMA, sigla em inglês, 2021), ela disponibiliza critérios e indicadores específicos que permitem avaliar se uma atividade contribui para a sustentabilidade e/ou para a transição para uma economia sustentável.

"A taxonomia é uma ferramenta fundamental para que o mercado de capitais identifique as atividades que precisam de financiamento para a transição ambiental e socioeconômica do Brasil para uma economia de baixo carbono", explica Luiz Pires, gerente de Sustentabilidade e Inovação da Anbima. "No grupo de trabalho, vamos reunir a experiência e a opinião de diversos participantes do mercado sobre a taxonomia, que enriquecerão as contribuições da Anbim no comitê consultivo do Ministério", complementa o executivo, que é um dos representantes no fórum do governo.

De acordo com a Anbima, a taxonomia sustentável será um sistema de classificação que definirá as atividades ou projetos considerados sustentáveis no Brasil de acordo com prioridades e objetivos definidos. A expectativa é que ela integre particularidades locais e tenha interoperabilidade com outras taxonomias internacionais.

Um dos principais objetivos da taxonomia é trazer comparabilidade e padronização para as atividades econômicas, contribuindo para atrair investimentos públicos e privados, de capital local ou internacional, necessários para enfrentar os principais desafios socioambientais do Brasil.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS DE PETROPOLIS E VALE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Edital de Retificação

REGISTRO DE CHAPAS

Fica neste ato retificado o Edital publicado na data de 15 de julho de 2024 pagina 03 do Jornal "Monitor Mercantil", incluindo-se no presente registro de chapa os seguintes candidatos omitidos no mesmo por erro material os senhores José Blasse e Luiz Eduardo Pereira. Republicando neste ato a composição correta CHAPA ÚNICA – **Efetivos**: José Heleno de Souza, Alan da Silva, Eliete de Souza, Devalmir Alves de Farias,Thais dos Santos Lima, Marco Aurélio Araujo de Carvalho, Vando Silva dos Santos. **Suplentes** : Antonio Jose Figueiredo, Josimar de Souza Dias, Geisel Barroso de Seixas, Paulo Sergio Rosa Dias, Renato Sampaio, **Conselho Fiscal – Efetivo**:,José Blasse, Luiz Eduardo Pereira, Anízio José da Costa. **Suplentes**: Nelson Geraldo de Carvalho. **Delegados Representantes – Efetivos**: José Heleno de Souza **Suplente** : Alan da Silva. Conforme o Estatuto desta Entidade Sindical, fica reaberto aberto o prazo de 05 (cinco) dias corridos para impugnação das candidaturas, após a publicação deste termo, cumprindo, assim, as determinações legais pertinentes. Nada mais havendo a declarar. Publique-se. Petrópolis, 23 de julho de 2024.

José Heleno de Souza - Presidente.

BRADESCO SAÚDE S.A.

Grupo Bradesco Seguros

CNPJ nº 92.693.118/0001-60 - NIRE 33.300.159.541

ATA SUMÁRIA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA REALIZADAS CUMULATIVAMENTE EM 30.4.2024

Data, Hora e Local: Em 30.4.2024, às 17h, na sede social, Avenida Rio de Janeiro, 555, sala 801, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675. ***Mesa:*** Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do Capital Social. ***Presença Legal:*** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. ***Publicações Prévias:*** Os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: os Relatórios da Administração, do Comitê de Auditoria e dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados em 28.2.2024 no jornal "Monitor Mercantil". ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Deliberações: Assembleia Geral Extraordinária:*** aprovaram: I) o aumento do capital social no valor de R$100.000.000,00 (cem milhões de reais) elevando-o de R$5.118.500.000,00 (cinco bilhões, cento e dezoito milhões e quinhentos mil reais) para R$5.218.500.000,00 (cinco bilhões, duzentos e dezoito milhões e quinhentos mil reais), sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal", de acordo com o disposto no parágrafo primeiro do artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do artigo 6º do estatuto social; II) a alteração parcial do estatuto social, aprimorando a redação do artigo 19, destacando a exclusão do seu parágrafo primeiro, renumerando-se os demais, e inclusão de mais duas atribuições do Comitê de Auditoria. Em consequência, as redações dos mencionados dispositivos passam a ser as seguintes: "Artigo 6º) O capital social é de R$5.218.500.000,00 (cinco bilhões, duzentos e dezoito milhões e quinhentos mil reais), dividido em 20.870.945 (vinte milhões, oitocentas e setenta mil, novecentas e quarenta e cinco) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal. Artigo 19) A Sociedade terá um Comitê de Auditoria composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) designado Coordenador, nomeados e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 5 (cinco) anos, estendendo-se até a posse dos novos membros nomeados. **Parágrafo Primeiro -** Além das previstas em lei ou regulamento, são também atribuições do Comitê de Auditoria: a) estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser formalizadas por escrito e aprovadas pelo Conselho de Administração; b) recomendar, ao Conselho de Administração, a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; c) revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro, inclusive as Notas Explicativas, os Relatórios da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras; d) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos; e) avaliar o cumprimento, pela Diretoria da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou pelos auditores internos, bem como recomendar ao Conselho de Administração a resolução de eventuais conflitos entre os auditores externos e a Diretoria; f) avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela Administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela Companhia, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que preveem efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; g) recomendar, ao Conselho de Administração e/ou à Diretoria da Sociedade, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; h) reunir-se, no mínimo trimestralmente, com o Conselho de Administração, com a Diretoria e com os responsáveis tanto pela auditoria independente como pela auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; i) verificar, por ocasião das reuniões previstas na letra "h", o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria; j) reunir-se com o Conselho Fiscal e com o Conselho de Administração, tanto por solicitação dos mesmos como por iniciativa do Comitê, para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; k) aprovar os instrumentos sob gestão da Auditoria Interna, tais como: Plano de Trabalho e Relatório Anual, para posterior submissão ao Conselho de Administração, já aprovados pelo Comitê de Auditoria e Conselho de Administração do Controlador; e l) assegurar a ciência do Regulamento Interno da Auditoria Interna e Inspeção - AIGL. **Parágrafo Segundo** - Os membros do Comitê de Auditoria são remunerados apenas pelas funções que exercerem nos órgãos de administração ou áreas executivas nas quais atuam na Organização Bradesco. Nenhum Administrador da Organização Bradesco é remunerado pelas funções que exercer em comitês." ***Assembleia Geral Ordinária:*** 1) aprovaram integralmente as contas da administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; 2) aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2023 no valor de R$841.270.289,48 (oitocentos e quarenta e um milhões, duzentos e setenta mil, duzentos e oitenta e nove reais e quarenta e oito centavos), acrescido do resultado de venda de ações no valor de R$2.370.486,67 (dois milhões, trezentos e setenta mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e sessenta e sete centavos), proposta pelo Conselho de Administração na Reunião daquele Órgão, de 27.2.2024, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, conforme segue: R$42.182.038,82 (quarenta e dois milhões, cento e oitenta e dois mil, trinta e oito reais e oitenta e dois centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R$224.900.231,78 (duzentos e vinte e quatro milhões, novecentos mil, duzentos e trinta e um reais e setenta e oito centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R$576.558.505,55 (quinhentos e setenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) para pagamento de dividendos, dos quais: R$509.180.925,23 (quinhentos e nove milhões, cento e oitenta mil, novecentos e vinte e cinco reais e vinte e três centavos) declarados e pagos durante o exercício de 2023; e R$67.377.580,32 (sessenta e sete milhões, trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e oitenta reais e trinta e dois centavos) deverá ser feito até 31.12.2024. 3) reelegeram os membros do Conselho de Administração da Sociedade, os senhores ***Luiz Carlos Trabuco Cappi***, brasileiro, viúvo, em união estável, bancário, RG 5.284.352-X/SSP-SP, CPF 250.319.028/68; ***Samuel Monteiro dos Santos Junior***, brasileiro, casado, advogado, OAB/RJ nº 42.122, CPF 032.621.977/34; ***Milton Matsumoto***, brasileiro, casado, bancário, RG 29.516.917-5/SSP-SP, CPF 081.225.550/04; ***Alexandre da Silva Glüher***, brasileiro, casado, bancário, RG 57.793.933-6/SSP-SP, CPF 282.548.640/04; ***Maurício Machado de Minas***, brasileiro, casado, bancário, RG 7.975.904-X/SSP-SP, CPF 044.470.098/62; ***Octavio de Lazari Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 12.992.558-5/SSP-SP, CPF 044.745.768/37, todos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; e ***Ivan Luiz Gontijo Júnior***, brasileiro, casado, advogado, OAB/RJ nº 44.902, CPF 770.025.397/87, com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. Os Conselheiros reeleitos: a) preenchem as condições previstas na Resolução Normativa nº 520, de 29.4.2022, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS; b) terão mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos Conselheiros a serem eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2027; c) firmaram declarações referentes ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da lei nº 6.404/76, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade; 4) reelegeram os Membros do Conselho Fiscal da Sociedade, de acordo com o disposto no Artigo 18 do Estatuto Social, os senhores: ***Membros Efetivos: Sebastião de Paula Nogueira***, brasileiro, casado, contador, RG 2.390.068/IFP-RJ, CPF 043.719.507-44; ***Gilberto de Oliveira Lameira***, brasileiro, divorciado, contador, RG 1.829.453-8/DETRAN-RJ, CPF 033.642.917-72; e ***Sergio Moreno***, brasileiro, casado, economista, RG 2.862.229-7/SSP-SP, CPF 639.382.788-20, todos com endereço profissional na Avenida Rio de Janeiro, 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675; e seus respectivos ***Membros Suplentes:*** senhora ***Cláudia Heck Machado***, brasileira, divorciada, advogada, OAB/SP 118.080, CPF 533.731.700-87, com endereço profissional na Avenida Rio de Janeiro, 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675; senhor ***Alberto Barcellos Miranda***, brasileiro, divorciado, contador, RG 031722424/IFP-RJ, CPF 719.109.217-34; e senhora ***Grazielli Cavalcante Brasil***, brasileira, casada, contadora, RG 33.581.750-6/SSP-SP, CPF 288.638.908-03, ambos com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. Na sequência dos trabalhos, o senhor Presidente informou, relativamente à eleição dos membros que irão compor o Conselho Fiscal, que os reeleitos: a) terão mandato de 1 (um) ano, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2025; b) preenchem as condições previstas no Artigo 162 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e firmaram declarações referente ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da lei 6.404/76, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade; 5) aprovaram: a) para os administradores a remuneração global e as verbas previdenciárias, para o exercício de 2024, no montante de até R$73.200.000,00 (setenta e três milhões e duzentos mil reais), sendo até R$33.700.000,00 (trinta e três milhões e setecentos mil reais) a título de remuneração fixa e variável e até R$39.500.000,00 (trinta e nove milhões e quinhentos mil reais) para custeio do plano de previdência. A distribuição das verbas de remuneração e do plano de previdência será deliberada em reunião do Conselho de Administração, conforme determina a letra "m" do Artigo 9º do Estatuto Social; b) a remuneração mensal, para o exercício de 2024, no valor de R$13.400,00 (treze mil e quatrocentos reais) para cada membro efetivo do Conselho Fiscal, a qual atende às disposições do parágrafo terceiro do artigo 162 da lei nº 6.404, de 15.12.1976, sendo que os membros suplentes somente serão remunerados quando em substituição aos membros efetivos, nos casos de vacância, ausência ou impedimento temporário. ***Aprovação e Assinatura da Ata:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, inclusive pelo representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrição CRC 1SP-206103/O-4, senhor Carlos Massao Takauthi, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz; Administrador: Vinicius Marinho da Cruz; Acionista: Bradesco Gestão de Saúde S.A., representada por seus procuradores, senhores Dagilson Ribeiro Carnevali e Ismael Ferraz; Auditor: Carlos Massao Takauthi. ***Declaração:*** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Presidente: Carlos Alberto Iwata; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz. Certidão - Jucerja - Certifico o arquivamento em 09/07/2024, sob o nº 00006332555.